Processo nº 236/2003

Data: 13.11.2003

Assuntos : Acidente de viação.

Enxerto civil.

Indemnização por danos não patrimoniais.

SUMÁRIO

No cômputo dos danos morais deve-se procurar uma quantia que permita, tanto quanto possível, proporcionar ao lesado momentos de alegria ou de prazer que neutralizem a dor sofrida, não se tratando de atribuir ao lesado um “preço de dor” ou um “preço de sangue”, mas em proporcionar uma satisfação que obviamente não deve ser encarada em termos miserabilistas.

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. O Digno Magistrado do Ministério Público requereu o julgamento de (A), com os sinais dos autos, imputando-lhe a prática em autoria moral, na forma consumada e em concurso de:

- uma contravenção p. e p. pelo artºs 68º nº 1 e 74º nº 1 do C. da Estrada;
- uma contravenção p. e p. pelo artº 8º nºs 1 e 3 do D.L. nº 70/95/M;
e,
- um crime de ofensa à integridade física por negligência, p. e p. pelo artº 142º, nº 1 do C.P.M. e artº 66º nºs 2 e 3 do C. da Estrada; (cfr. fls. 97 a 98 e 167 a 169).

Oportunamente, deduziu também o assistente (C) pedido de indemnização civil contra, (1º) (A), (2º) (B), (3º) “COMPANHIA DE SEGUROS ÁSIA LIMITADA” e (4º) “FUNDO DE GARANTIA

AUTOMÓVEL”, pedindo o pagamento a seu favor do montante total de MOP\$408.531,15 e juros legais; (cfr. fls. 116 a 125-v).

Efectuado o julgamento, decidiu o Tribunal:

- condenar o arguido como autor material e na forma consumada de um crime p. e p. pelo artº 142º, nº 1 do C.P.M. e artºs 66º, nºs 2 e 3º, al. a) do C.E., na pena de um (1) ano e seis (6) meses de prisão; e, como autor de uma contravenção ao artº 8º, nºs 1, 3 e 6 do D.L. nº 70/95/M de 26.12, na pena de multa de MOP\$5.500,00;
- em cúmulo, foi o arguido condenado na pena única de um (1) ano e seis (6) meses de prisão – suspensa na sua execução por um período de dois (2) anos – e na multa de MOP\$5.500,00.

Quanto ao enxerto civil, decidiu:

- absolver a demandada “COMPANHIA DE SEGUROS ÁSIA Lda”, condenando o FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL a pagar ao assistente a quantia de MOP\$5.242,00 e os demandados (A) e (B) a pagarem àquele o montante de MOP\$78.300,00; (cfr. fls. 236).

Inconformado, o assistente recorreu.

Motivou para concluir que:

“1. No seu pedido cível o Assistente reclamou o ressarcimento dos danos morais que sofreu em consequência do acidente sub judice, alegando ter sofrido ferimentos e lesões vários em consequência

directa do sinistro, que lhe causaram dor e sofrimento intensos e foi causa de ter ficado deprimido, angustiado e ansioso devido ao trauma que o acidente lhe causou, tanto mais que o poderia ter perdido a vida;

- 2. Nessa conformidade, peticionou a condenação dos Réus a pagarem-lhe a quantia de MOP\$200.000,00, a título de indemnização pelos danos morais sofridos; Por outro lado,*
- 3. Na audiência de discussão e julgamento a prova testemunhal produzida foi extremamente elucidativa no corroborar do alegado pelo ora Recorrente quanto a estes danos; Acresce que,*
- 4. Os mandatários dos demandados cíveis não se alongaram no contestar do montante peticionado pelo Assistente a título de indemnização pelos danos morais sofridos, tendo-se limitado a considerar tal montante exagerado face à pratica jurisprudencial dos Tribunais de Macau; Porém, e não obstante,*
- 5. Fixou-se no Acórdão recorrido, a título de indemnização pelos danos não patrimoniais a quantia irrisória de cinco mil patacas;*
- 6. O ora recorrente sente-se insultado e vexado com o quantum indemnizatório fixado para o ressarcimento dos danos sofridos, quantia injusta e desproporcionada face aos danos em questão, isto quer em termos absolutos, quer relativos; Basta referir que,*
- 7. Em certos casos de simples injúria os Tribunais de Macau têm por vezes atribuído montantes indemnizatórios bem superior ao fixado nos presentes autos pelos danos morais; Por outro lado,*

8. *O artigo 477º do CC manda que o agente que lese culposamente direito de outrem fique obrigado a reparar os danos resultantes dessa violação, indemnizando o lesado, reparação essa que deverá ser feita nos termos do disposto no artigo 560º do CC, ou seja, pelo fixar de uma compensação pecuniária ao lesado, uma vez que não é possível in casu a reconstituição natural;*
9. *Por seu turno, o artigo 489º do mesmo diploma legal, determina que na fixação de tal indemnização se atenda também, obrigatoriamente, aos danos não patrimoniais, dispondo o nº 3 desse artigo que cabe ao Tribunal fixar, equitativamente, o montante da indemnização pelos ditos danos não patrimoniais;*
10. *Ora, in casu é manifesto que o comando legal de fixação de uma indemnização justa e equitativa pelos danos não patrimoniais sofridos foi absolutamente postergado;*
11. *As circunstâncias referidas no nº3 do artigo 489º do CC que teriam de ter sido consideradas para a fixação do montante da indemnização são: o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e as demais circunstâncias, entre as quais está a gravidade da lesão, sendo que in casu todos estes factores, se tivessem sido bem ponderados - e não foram - exigiam a fixação de um quantum indemnizatório muito superior; efectivamente,*
12. *O grau de culpabilidade, do agente é muito elevado, a sua situação económica é boa e todas as demais circunstâncias do caso, entre as quais a gravidade das lesões sofridas, concorrem e*

exigem a fixação in casu de um montante indemnizatório superior;

- 13. A regra da fixação equitativa da indemnização e os comandos estabelecidos no artigos 477º, 489º e 556º, todos do CC, foram absolutamente pulverizados na decisão sub judice, que viola de forma frontal o estabelecido nos referidos normativos legais; Acresce que,*
- 14. A indemnização fixada é de tal modo baixa tendo em conta a gravidade dos danos que é absolutamente contrária à prática jurisprudencial dos Tribunais de Macau; Acresce que,*
- 15. O Acórdão recorrido é omissivo no que toca à fundamentação e motivação da decisão de fixar em MOP\$5.000,00 o montante da indemnização, o que significa que a decisão padece ainda do vício radical da nulidade, atento o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 571º do C PC, normativo aplicável in casu face ao que dispõe o artigo 4º do CPP, e o disposto no nº 2 do artigo 355º do CPP; Mas mais,*
- 16. No Acórdão recorrido decidiu-se igualmente não atribuir qualquer indemnização ao Assistente para o compensar das despesas em que incorreu com os honorários dos advogados que contratou para dedução do pedido cível, e patrocínio no caso sub judice;*
- 17. Isto porque, segundo a fundamentação contida na decisão posta em crise, acaso fossem incluídas no âmbito da indemnização as*

- despesas com os honorários de advogado, cairíamos numa situação de ne bis in idem, visto que, existindo o instituto da procuradoria, que serve para compensar as partes pelas despesas de mandato, a parte vencedora fica desde logo ressarcida dessas despesas por funcionamento do referido instituto da procuradoria;*
- 18. Sucede que, no artigo 71 do pedido cível, logo após ter peticionado o pagamento das despesas feitas com advogado, o ora Recorrente renunciou expressa e inequivocamente ao seu direito à procuradoria, tendo no petitório deduzido o pedido de condenação dos Réus pagar as custas de processo, à exceção das relativas à procuradoria;*
- 19. O julgador, em manifesto, grosseiro e clamoroso erro de julgamento não teve essa circunstância em consideração e prejudicou fortemente o ora Recorrente, indeferindo as quantias peticionadas, sob a alegação de uma violação da regra do ne bis in idem que in casu não se verificou;*
- 20. Acresce que, ao contrário do decidido no Acórdão recorrido há uma relação causal e directa entre as despesas em que o Assistente incorreu com advogados e o acidente sub judice;*
- 21. Foi a conduta do Réu que obrigou o Demandante a recorrer às vias judiciais para satisfação do direito que lhe assiste, dando causa a novos danos, as despesas com honorários dos advogados que o ora Recorrente se viu forçado a contratar;*
- 22. Como ensina MANUEL DE ANDRADE, no âmbito do Direito*

Processual Civil vigora o princípio fundamental segundo o qual a necessidade de recorrer a juízo não deve ocasionar dano à parte que tem razão (cfr: autor citado, Noções Elementares de Processo Civil, 1979, pp. 390 e ss., nosso sublinhado);

- 23. Existe, inquestionavelmente, nexó causal entre o facto lesivo e ilícito e as despesas suportadas pelo Recorrente para recorrer às vias judiciais, designadamente a título de honorários pagos a advogados, direito que aliás a própria jurisprudência deste Tribunal já reconheceu, por diversas vezes, (cfr., a título meramente exemplificativo, a Sentença de 06/06/1997, proferida no processo nº 193/96, que correu termos pelo 1º juízo; a Sentença de 19/03/1999, proferida no processo nº 230/97, que correu termos pelo 3º juízo; a Sentença de 24/01/2002, proferida nos autos de Acção Ordinária nº CAO-006-005-5, do 5º juízo);*
- 24. Ao decidir-se em contrário incorreu-se na decisão recorrida em manifesto erro de julgamento e em violação do disposto nos artigos 477º, 489º e 556º, todos do CC, dispositivos aplicáveis in casu face ao que dispõem os artigos 4º e 60º do CPP.*
- 25. No Acórdão recorrido violou-se assim o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 571º do CPC, normativo aplicável in casu face ao que dispõe o artigo 4º do CPP, o disposto no nº 2 do artigo 355º do CPP, assim como nos artigos 477º, 489º e 556º, todos do CC, dispositivos aplicáveis in casu face ao que dispõem os artigos 4º e 60º do CPP.”*

A final, afirmou, dever o “*Acórdão recorrido ser, na parte ora posta em crise, revogado, e substituído por Acórdão que:*

- *Condene os Demandados Cíveis a pagar solidariamente ao Assistente, ora Recorrente, uma indemnização justa e equitativa pelos danos não patrimoniais sofridos, a fixar por este Venerando Tribunal, e que não deverá ser inferior a MOP\$200.000,00;*
- *Condene os Demandados Cíveis a pagar solidariamente ao Assistente a quantia de MOP\$35.000,00 correspondente a honorários de advogados já suportados pelo ora Recorrente, acrescida de juros de mora à taxa legal até efectivo e integral pagamento”;* (cfr. fls. 243 a 253).

Respondeu apenas o demandado FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL, concluindo que:

- “a) *A responsabilidade civil tem cinco pressupostos: facto, ilicitude, dano, culpa e nexo de causalidade entre facto e dano, implicando a falta de qualquer deles a ausência de responsabilidade civil;*
- b) *O Tribunal a quo apenas considerou provado, com relevância para o arbitramento de indemnização por danos morais, que o Recorrente sofreu as lesões físicas descritas nos autos e teve algum desgosto e dores físicas após o acidente;*
- c) *Não se provou o prejuízo profissional e académico, a modificação do carácter e a perduração duma angústia e ansiedade que ainda hoje causem pesadelos e insónias ao Recorrente e, faltando o*

dano, não há aqui obrigação de indemnizar;

- d) Não é lógico ou razoável que, pelos danos residuais referidos em b), o Recorrente peça a mesma indemnização que pretendia inicialmente para aqueles e para os referidos em c);*
- e) O acórdão indica os factos provados e os não provados, invoca a norma do artigo 489º do Código Civil que enuncia a equidade como critério legal de fixação da indemnização por danos morais e fixa equitativamente a indemnização;*
- f) Respeita assim o preceituado nos artigos 355º, nº 2, do CPP e 562º, nºs 2 e 3, do CPC, e não viola o artigo 571º, nº1, b), deste último diploma, não enfermando da nulidade ali prevista ou da cominada pelo artigo 360º, a), do CPP;*
- g) A renúncia à procuradoria é ineficaz porque foi declarada pelo Ilustre Mandatário do Recorrente, a quem este não conferiu os necessários poderes;*
- h) As despesas de patrocínio judiciário da parte vencedora estão subtraídas às normas do instituto da responsabilidade civil e pautam-se pelo Regime das Custas nos Tribunais, cujos artigos 26º e 27º impõem à parte vencida o pagamento de procuradoria por conta dessas despesas, a estipular pelo juiz numa certa proporção da taxa de justiça e atendendo à complexidade da causa;*
- i) Nesse domínio não têm pois aplicação os artigos 477º, 489º e 556º do Código Civil;*

- j) De qualquer forma, ainda que os honorários do advogado da parte vencedora se regessem pelos princípios da responsabilidade civil, não há relação de causalidade entre o acidente e as despesas de representação forense do Recorrente porque ele não precisava de constituir advogado para deduzir o pedido cível e nem sequer precisava de formulá-lo para obter a reparação dos seus danos;*
- k) Além do mais, o Fundo de Garantia Automóvel só indemniza danos consequentes de morte ou lesões corporais;*
- l) Os honorários de advogado que o Recorrente deseja reembolsar respeitam globalmente a serviços prestados para obter a condenação penal do 1º Réu e a sua condenação civil em indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, não fornecendo os autos elementos e sendo artificial destacar do conjunto dos serviços prestados os que se referem exclusivamente à prossecução da indemnização por danos derivados das lesões corporais sofridas pelo Recorrente;*
- m) Assim, é correcta a decisão de não condenar o Fundo ao reembolso dos honorários de advogado. ”*

Pede a manutenção do decidido; (cfr. fls. fls. 257 a 261-v).

Admitido o recurso vieram os autos a esta Instância.

Lavrado despacho preliminar, seguiram os autos para visto dos Mmºs

Juízes-Adjuntos.

Realizada a audiência de julgamento do recurso, cumpre apreciar e decidir.

A tanto se passa.

Fundamentação

Dos factos

2. Vem a matéria averiguada pelo Colectivo “a quo” fixada nos termos seguintes:

“No dia 29 de Outubro de 1999, cerca de 1h10m da madrugada, mesmo em estado de embriaguez após a ingestão de bebidas alcoólicas, o arguido (A) conduziu o automóvel ligeiro (de matrícula MD-78-xx), circulando na ponte Nobre de Carvalho, procedente de Macau, em direcção à Taipa.

O arguido tinha uma taxa alcoolémia de 2,25 gramas por litro de sangue (cfr. relatório do teste de alcoolémia a fls. 19).

Quando circulava perto do poste de iluminação nº 93, o arguido, repentinamente, conduziu para o lado direito e passou a linha contínua, indo embater no automóvel ligeiro (de matrícula MG-9x-xx) que circulava

em sentido contrário.

O condutor do referido veículo era o ofendido, de nome (C) e havia dois passageiros, respectivamente de nome (M) e (N).

O presente acidente de viação causou directa e necessariamente ao ofendido (C) as lesões descritas e examinadas a fls. 43 dos autos (cfr: relatório médico-legal a fls. 43).

Depois de embater no referido veículo, a viatura do arguido embateu também no automóvel ligeiro (de matrícula MC-7x-xx) conduzido por Cheong Iat Wai, automóvel esse que circulava em sentido contrário.

Na altura do acidente, estava bom tempo, o pavimento não estava molhado nem escorregadio, a iluminação era normal e era escassa a intensidade do tráfego

O arguido bem sabia que não podia conduzir depois de ingerir bebidas alcoólicas e em estado de embriaguez, e na ponte Nobre de Carvalho devia circular pela esquerda e não podia passar a linha contínua, mesmo assim, não prestou maior grau de atenção, nem conduziu com prudência, de modo a evitar o acidente de viação.

O arguido tinha perfeito conhecimento que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

O arguido é gerente de venda de automóveis e aufera o vencimento mensal de sete a oito mil patacas.

É solteiro e tem a namorada e dois filhos a seu cargo.

Confessou os factos e é primário.

O veículo automóvel MD-78-xx conduzido pelo arguido pertencia ao

(B), que emprestou ao arguido na altura do acidente e não estava segurado.

O ofendido (C) é solteiro, tinha 21 anos de idade à data do acidente e gozava de boa saúde.

Era funcionário judicial na altura dos factos.

Gastou em despesas hospitalares, reboque e transporte do automóvel, perda do seu veículo automóvel, as discriminadas no pedido de fls. 116 ss. apenas as devidamente documentadas. (cfr. documento junto a fls. 127, 130 a 134).

Do ocorrido resultou ao assistente as lesões descritas nos relatórios médicos juntos aos autos.

Tendo algum desgosto e dores físicos após o acidente.”

*

Quanto à factualidade que não resultou provada, consignou o Tribunal que:

“Não ficaram provados os seguintes factos: os restantes factos do pedido cível e contestação a este designadamente:

As restantes despesas, não devidamente documentadas, que o ofendido alega ter dispendido.

Após o acidente, resultaram "consequências que prejudicaram o assistente nos domínios profissionais e académicos.

Tornou-se uma pessoa mais calada, irritável e muito menos expansiva.

A angústia e ansiedade que o acidente causou ao assistente ainda hoje, se repercute em pesadelos e insónias com todas as consequências

derivadas da falta de descanso”; (cfr. fls. 232 a 233 e 235).

Do direito

3. Como resulta do até aqui relatado, insurge-se o ora recorrente contra a decisão que fixou em MOP\$5.000,00 a indemnização pelos seus danos não patrimoniais assim como a que lhe negou provimento quanto à peticionada indemnização pelos “honorários de advogado” que alegou ter suportado.

— Inexistindo qualquer outra questão colocada, (ou outra(s) que embora não suscitadas, sejam de conhecimento officioso), detenhamo-nos, para já, na apreciação da decisão que fixou em MOP\$5.000,00 a indemnização por danos não patrimoniais.

Aqui, entende o recorrente que o referido montante de MOP\$5.000,00 é “irrisório” e que padece a decisão que o fixou de nulidade por falta de fundamentação.

Comecemos, então – como nos parece lógico, (já que não é de conhecer de decisões nulas) – pela imputada nulidade.

Ponderando no que se deixou consignado no Acórdão recorrido, manifesto é não ter o recorrente razão. De facto, resulta claramente do ponto 5 e 6 do mesmo veredicto, que o Tribunal “a quo” fundamentou

adequadamente a sua decisão ao fixar em MOP\$5.000,00, a indemnização a pagar pelos danos não patrimoniais, pelo assistente, ora recorrente, sofridos.

Na verdade – e oportuno é recordar – assim ponderou o Colectivo “a quo”:

“5. Apreciemos agora a indemnização cível.

Como se sabe, o ilícito penal é fonte de responsabilidade civil, estando preenchido o condicionalismo do disposto no artº 483º nº 1 do Código Civil ou actualmente artº 477º do CC, segundo o qual “aquele que, como dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”.

Demonstrado o facto ilícito culposo, examinemos os restantes pressupostos de responsabilidade civil, o dano e o nexa causal entre o facto e o dano.

Além dos danos acima referidos, provou-se que do ocorrido resultou ao assistente as lesões descritas nos relatórios médicos juntos aos autos.

Tendo algum desgosto e dores físicos após o acidente.

6. Face à matéria provada temos que os danos foram causados pelo facto do arguido.

Ora, quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (artº 562º ou actualmente 556º do Código Civil).

Por outro lado, o dever de indemnizar compreende não só o prejuízo causado, como os benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão (artº 564º nº 1 ou actualmente 558º do Código Civil).

Na fixação da indeinnização pode o tribunal atender aos danos futuros, desde que sejam previsíveis (nº 2 do mesmo artigo).

E, a indemnização é fixada em dinheiro, sempre que a reconstituição natural não seja possível, não repare integralmente os danos ou seja excessivamente onerosa para o devedor (artº 566º nº 1 ou actualmente 560º do Código Civil) .

Na fixação da indemnização deve atender-se aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito (artº 496º nº 1 ou actualmente 489º do Código Civil).

O montante da indemnização será fixado equitativamente pelo tribunal, tendo em atenção as circunstâncias do artº 494º (artº 496º ou actualmente 487º, 489º do Código Civil).

Fixa-se o valor destes danos ao assistente em cinco mil patacas. (sendo a responsabilidade do FGA)”; (cfr. fls. 234-v a 235-v).

Perante isso, e sem necessidade de outras considerações, patente é que fundamentada está a decisão em causa. Poder-se-à é não concordar com a fundamentação apresentada ou com a decisão proferida. Todavia, nulidade por falta de fundamentação não existe, e, assim, nesta parte, não pode o recurso proceder.

Vejamos agora se é o montante de MOP\$5.000,00 adequado para indemnizar os danos morais sofridos.

Nesta sede, cabe referir que irrelevante é produzir o recorrente as afirmações que fez constar nos pontos 1, 3 e 4 das suas conclusões, já que, interesse não existe em discutir agora, em sede do presente recurso, as lesões e outros danos que no seu pedido de indemnização civil alegou ter sofrido e que no julgamento não foram os mesmos contestados.

Inexistindo qualquer “erro notório na apreciação da prova” – já que a nenhum elemento probatório estava o Tribunal vinculado, tendo decidido da matéria de facto de acordo com a sua livre convicção, cfr. fls. 233-v e 234 – é óbvio que a decisão a proferir por este T.S.I. será a que se mostrar mais adequada à factualidade do julgamento efectuado dada como assente, nomeadamente, as lesões e danos “provados” que, na situação em apreço, são os que resultam do relatório médico de fls. 43 – onde se relata, nomeadamente, uma ferida de 4 cm na testa e doença e incapacidade para o trabalho por um período de 7 dias – e o comprovado “desgosto e dores físicas”.

Recentemente, e na esteira de entendimento vertido em outras decisões proferidas, teve esta Instância oportunidade de afirmar que no cômputo dos danos morais deve-se procurar uma quantia que permita, tanto quanto possível, proporcionar ao lesado momentos de alegria ou de prazer que neutralizem a dor sofrida, não se tratando de atribuir ao lesado um

“preço de dor” ou um “preço de sangue”, mas em proporcionar uma satisfação que obviamente não deve ser encarada em termos miserabilistas; (cfr., o Ac. de 09.10.2003, tirado no Proc. nº 187/2003 e, v.g., Mota Pinto in, “Teoria Geral do Direito Civil”, 3ª edição, pág. 115).

Nesta conformidade não havendo pois motivos para alterar o assim entendido que temos como correcto, sendo também certo que se deve ponderar, em especial, na lesões e danos do lesado, no grau de culpa e, nas condições económicas do arguido, caldeando tais factores com critérios de equidade (cfr. artº 487º do C.C.M.), temos para nós que, efectivamente, é o montante algo reduzido.

Na verdade, para além de exclusiva, é grave a culpa do arguido – pondere-se na condução sob influência de álcool na proporção de 2,25 gramas por litro de sangue e na “invasão” da faixa de rodagem por onde circulava o recorrente – importado ter também presente a forma como ocorreu o acidente – um choque frontal – do qual, para além das lesões e danos referidos acarretou, no mínimo, “inconvenientes”, que da matéria de facto se extrai sem esforço.

Assim, mostra-se-nos de elevar o montante fixado para MOP\$15.000,00, que, em nossa opinião, nos parece justo e equitativo, pois que se não deve ser a indemnização em casua encarada em termos “miserabilistas”, da mesma forma, não deve constituir uma forma de

“enriquecimento”.

— Resolvida a questão quanto à indemnização por danos morais, apreciemos agora do inconformismo do recorrente quanto à improcedência da sua pretendida indemnização pelos honorários de advogado.

A sua resolução, mostra-se-nos despida de qualquer complexidade.

Com efeito, não obstante ter o recorrente peticionado MOP\$35.000,00 como indemnização pelos ditos honorários, o certo é que o Colectivo “a quo” não os deu como provados.

Refere-se a matéria de facto provada a “despesas hospitalares, reboque e transporte do automóvel e perda do seu veículo automóvel”, não se tendo dado aquelas como provadas, referindo-se, expressamente, o Colectivo “a quo”, que não se provaram “as restantes despesas, não devidamente documentadas, que o ofendido alega ter despendido”.

Assim sendo, independentemente do demais, não vemos como decidir-se pela condenação dos demandados no seu pagamento, pois que, se provado não resultou o pagamento de tais honorários, inexistente qualquer fundamento para a pretendida condenação.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, acordam conceder parcial provimento ao recurso, alterando-se a decisão no que diz respeito ao montante da indemnização por danos não patrimoniais que passa de MOP\$5.000,00 para MOP\$15.000,00.

No restante, confirma-se o Acórdão recorrido.

Custas pelo recorrente e recorridos na proporção dos seus decaimentos.

Macau, aos 13 de Novembro de 2003

José Maria Dias Azedo (Relator) – Chan Kuong Seng – Lai Kin Hong